

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM CONTEXTOS ESCOLARES**

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO:
CONHECENDO A SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

Elizabeth Aparecida Braga Reuther
Nº de Matrícula: 112790015C
Polo: Juiz de Fora

Juiz de Fora
2019

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO:
CONHECENDO A SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

Trabalho de conclusão apresentado ao Curso de Especialização em Educação Inclusiva em contextos escolares, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial a obtenção do título de Especialista.

Orientador (a): Prof^a Dra. Mylene Cristina Santiago

Juiz de Fora
2019

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Reuther, Elizabete Aparecida Braga.

Atendimento Educacional Especializado: Conhecendo a sala de recursos multifuncionais / Elizabete Aparecida Braga Reuther. -- 2019.

42 f.

Orientador: Mylene Cristina Santiago

Trabalho de Conclusão de Curso (especialização) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação. Especialização em Educação Inclusiva em Contextos Escolares, 2019.

1. Atendimento Educacional Especializado. 2. Sala de Recursos Multifuncionais. 3. Trabalho colaborativo. I. Santiago, Mylene Cristina, orient. II. Título.

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA**

Trabalho de conclusão apresentado ao Curso de Especialização em Educação Inclusiva em contextos escolares, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial a obtenção do título de Especialista.

Aprovado em: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a. Mylene Cristina Santiago – Orientadora
Universidade Federal de Juiz De Fora / UAB

Prof.^o. Dr. Neil Franco Pereira de Almeida - Avaliador
Universidade Federal de Juiz De Fora / UAB

Prof.^o. Dr. Thenner Freitas da Cunha - Avaliador
Universidade Federal de Juiz De Fora / UAB

JUIZ DE FORA

2019

AGRADECIMENTOS

Agradecer é uma forma de reconhecer o valor da contribuição de cada um, o carinho, a atenção e cooperação, deste modo quero agradecer de todo coração:

À Equipe da Escola São José do Caetitu e do CEI Professora Marluce de Souza Pestana;

Às amigas que conheci neste curso Estela e Joseli que mesmo morando em três estados diferentes fomos parceiras e companheiras no decorrer do mesmo;

À minha amada irmã Jane Braga que sempre me apoiou em todo tempo e em tudo;

Ao meu esposo Paulo, e meu filho Pedro pela compreensão e incentivo;

E não poderia faltar um agradecimento especial a minha orientadora Mylene e a todos os tutores e professores que fizeram desta especialização um sucesso.

RESUMO

Este estudo teve como objetivo refletir sobre o recurso de Atendimento Educacional Especializado (AEE), a Sala de Recursos multifuncionais no contexto de uma escola pública de Petrópolis, além de ser uma exigência para conclusão do curso de pós graduação da UFJF- Curso de Especialização em Educação Inclusiva em contextos escolares. Diante destes objetivos realizei entrevistas, questionários e encontros para refletir sobre o trabalho desenvolvido na unidade educacional. Percebi quão grande ainda é o desafio de termos uma escola que inclui ao invés de integrar. Entre as necessidades encontradas destaco a formação dos professores, o tempo de planejamento em conjunto com a professora do AEE, para adaptações curriculares ou criar estratégias que contribuam com o aprendizado dos alunos com deficiências. O trabalho colaborativo ainda esta aquém do desejado pelos participantes desta pesquisa. Diante das reflexões, os resultados desse trabalho evidenciam que “refletir sobre as possibilidades de uma escola tornar-se um espaço inclusivo, se trata de um processo para além de intenções, em muitos casos, para que isso se torne possível, a solução não depende somente dos profissionais da escola, como também de instâncias superiores da administração pública. Entretanto, há situações que o corpo docente pode intervir e transformar, no sentido de construir um ambiente acolhedor, com movimento constante de reflexão a fim de trilhar novos caminhos e o diálogo permanente, sendo este um instrumento valioso para uma escola em processo de inclusão.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado, Sala de Recursos Multifuncionais, Trabalho colaborativo.

SUMÁRIO

1 Introdução.....	7
2 Identificação da situação problema/questão.....	8
3 Descrição do que te fez eleger tal problema/questão.....	8
4 Justificativa da importância de estudar tal questão e não outra.....	10
5 Objetivo geral.....	12
6 Objetivos específicos.....	12
7 Alternativas escolhidas para a intervenção.....	12
8 Cronograma.....	14
9 Relatório de desenvolvimento do projeto de intervenção pedagógica.....	14
9.1 Atendimento educacional especializado: desafios e possibilidades.....	15
9.2 O contexto do AEE na escola investigada.....	17
9.3 Vozes e olhares docentes: o AEE em questão.....	21
10 Considerações finais.....	30
11 Referências.....	31
Anexo 1	34
Anexo 2.....	41

1 INTRODUÇÃO

O atual desafio da educação escolar é garantir a aprendizagem de todos os alunos. Muito se avançou nas políticas públicas em termos de legislação fazendo-se necessário observar suas reais condições de desenvolvimento nas instituições educacionais. Lançar um olhar sobre como essas políticas têm se efetivado no chão da escola, principalmente às relacionadas à Educação Especial, é o desafio deste trabalho.

Em relação à Educação Inclusiva é possível destacar o Atendimento Educacional Especializado que completa 10 anos, com o compromisso de identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para plena participação dos alunos considerando suas necessidades específicas (SEESP/MEC, 2008).

Como professora de classe regular, observo a presença desta política educacional na instituição a qual investigo uma escola da rede municipal de educação de Petrópolis, RJ. Vislumbrando sua importância tenho como objetivo conhecer as práticas desenvolvidas no espaço da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) para aprimoramento de práticas inclusivas dentro da escola.

Neste contexto foram consultados e estudados o Projeto Político Pedagógico da escola, o Plano de Atendimento Educação Especializado a partir do qual é construído o Plano de Desenvolvimento Individual do aluno (PDI). Foi observado, ainda, o trabalho do professor de AEE direto com o aluno e na articulação pedagógica com os professores que atuam na sala comum e também a relação deste profissional com a equipe gestora da unidade, assim como, os critérios para este professor ser nomeado para atuar no Atendimento Educacional Especializado (AEE), formação exigida entre outros. Pretendi com isso revisitar o trabalho com alunos com deficiência realizados na escola.

Portanto, olhar a escola como um ambiente de integrações, nos obriga a pensar sobre ela de uma forma mais abrangente e também mais complexa, ultrapassando a simples transmissão de conhecimentos formais. Buscando deste modo, favorecer um ambiente inclusivo na sua essência, onde todos tenham a oportunidade de participar e aprender, contribuindo para o avanço do processo de aprendizagem de toda a turma.

Durante o período de pesquisa e intervenção na escola, que ocorreu entre fevereiro e maio de 2019, além da consultar dos documentos já citados anteriormente, construí um roteiro de intervenção, em forma de questionário, que circulou entre os profissionais da escola

e que teve seus desdobramentos discutidos nos encontros de formação que aconteceram mensalmente.

No decorrer do desenvolvimento deste texto faço um breve relato do que foi possível identificar nos documentos consultados sobre o AEE, nos questionários e nos encontros de formação, além dos incrementos almejados para o ano letivo de 2019, a partir do levantamento realizado neste período de pesquisas, observações e conversas. Esse trabalho desdobra-se em três partes: na primeira, abordo o atendimento educacional especializado: desafios e possibilidades; na segunda, discuto o contexto do AEE na escola investigada e na terceira, apresento as vozes e olhares docentes com foco no AEE.

2 IDENTIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA/QUESTÃO:

Na busca de um tema para aprofundar, optei por investigar o funcionamento da Sala de Recursos Multifuncionais em uma escola pública de Petrópolis, para identificar o seu papel junto ao corpo discente e docente. Na perspectiva de compreender como esse atendimento tem contribuído para a aprendizagem de todos os alunos, destaco ainda meu desejo em atuar neste ambiente e minha necessidade de aprofundar os conhecimentos necessários para tal realização.

Considerando que o Atendimento Educacional Especializado - AEE tem por objetivo oferecer o suporte para o educando com necessidades educacionais especiais, através do atendimento direto ao aluno e subsidiar a ação pedagógica do professor da classe regular, minha questão de investigação é: Como se efetiva esse atendimento em uma escola da rede municipal de Petrópolis?

3 DESCRIÇÃO DO QUE TE FEZ ELEGER TAL PROBLEMA/QUESTÃO:

A escola na qual se realizará este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma unidade da rede municipal de Petrópolis, que atende no momento uma média de 180 crianças, deste o 4º período da Educação Infantil até o 5º ano do primeiro segmento do Ensino Fundamental da Educação Básica. Conta com 4 salas de aula, uma SRM, um depósito de

alimentos, um refeitório, uma cozinha, um pátio, um campinho de grama, um parquinho, uma área coberta, 4 banheiros, uma secretaria e uma salinha de café.

Os ambientes mais visitados neste caso serão a SRM, as salas de aula e a secretaria nestes ambientes serão observadas algumas situações, e travadas conversas sobre os acontecimentos observados. O que acontece? Porque acontece segundo o ponto de vista de cada profissional? O que poderia ser feito também na perspectiva de cada envolvido no trabalho com o AEE? Estas são algumas questões a serem problematizadas durante conversas com os profissionais envolvidos.

Em 2018, a SRM atendeu 11 alunos, a professora cumpria 18h em atendimentos, revezando no turno da manhã e da tarde para deste modo atender ambos os turnos e 2h de planejamento semanais. No ano de 2019 o número de alunos atendidos caiu, em virtude de transferências para outras unidades escolares. Hoje são atendidos 8 alunos pelo AEE, a instituição tem vários outros casos que necessitam deste serviço, mas por não terem laudo, a inclusão dos mesmos para AEE não é facilmente autorizada pela Secretaria Municipal de Educação, o que só acontece depois de um longo processo de investigação e avaliação por parte de integrantes do departamento de educação inclusiva, em conjunto com a equipe escolar na qual o aluno esteja matriculado. Com tanta burocracia e morosidade, muitos acabam desistindo. A secretária não diz o “não pode”, mas não contribui como deveria para que o contrário aconteça.

Desconsiderando em parte as orientações da Nota Técnica nº4 de 23/01/2014, que desobriga a apresentação de laudo médico como condição de acesso ao AEE.[...] *Segundo ela, a avaliação do aluno deve ocorrer por meio do plano de AEE, a ser elaborado a partir de um estudo de caso. Já o diagnóstico clínico deve ser usado como documento complementar ao estudo de caso. (PLETSCH; PAIVA, p.1041,2018.)* Além do poder público municipal desconsiderar uma normativa da união e ainda cobrar laudos, o que implica em mais uma barreira a ser superada por todos os envolvidos, o desconhecimento desta Nota Técnica, deve ser considerado, visto que a mesma quase não é divulgada. Na escola em que atuo e realizei a pesquisa, ninguém tinha conhecimento da mesma, desse modo ofereci uma cópia com a professora do AEE e com a orientadora.

Neste ano, a professora de AEE mudou, por esse motivo, o primeiro bimestre funcionou como uma sondagem dos alunos participantes da SRM, pois a professora A veio de outra escola e precisava conhecer estes alunos para então construir o PDI de cada um. O que

teve início em meados de abril. Para tal dividiu seu horário entre os dois turnos, segunda e sexta pela manhã; quarta e quinta à tarde, assim alcançando todos os alunos e profissionais da escola. Cada aluno tem dois atendimentos de 50 minutos durante a semana, no contra turno.

Outra mudança ocorrida na escola investigada foi troca de local da sala de recurso multifuncional, que saiu de uma sala ampla para uma sala muito menor, em virtude da necessidade de adequação de espaço requerida pela Secretaria Municipal de Educação –SME. Hoje o espaço antigo é usado como refeitório, onde as crianças realizam suas refeições diárias.

Além de todas essas mudanças, a diretora que estava licenciada para se aposentar, voltou a assumir a gestão da escola e, a orientadora educacional é uma profissional novata na escola. Constato que, embora as pessoas mencionadas sejam profissionais competentes, tais muitas mudanças significativas, ocorreram em um curto espaço de tempo. O que certa forma, forçou algumas adequações no projeto inicial de pesquisa. Precisei consultar os PDIs do ano de 2018, pois a professora do AEE também não tinha informações detalhadas da SRM, assim descobrimos juntas, como este recurso começou a funcionar na unidade escolar, por meio de quem, como seu processo de implantação. Tais informações foram obtidas durante os meses de fevereiro e a maio, em que busquei conhecer como ocorre esse trabalho dentro e fora da SRM.

4 JUSTIFICATIVA DA IMPORTÂNCIA DE ESTUDAR TAL QUESTÃO E NÃO OUTRA:

As Diretrizes Operacionais da Educação Especial para Atendimento Educacional Especializado –AEE- na Educação Básica (Decreto nº 6.571/2008) completou no ano de 2018 uma década. Essa política propõe um atendimento complementar para o público da Educação Especial nas Salas de Recursos Multifuncionais buscando transpor barreiras, assim como estratégias, recursos pedagógicos e de tecnologias diferenciadas para garantir a sua aprendizagem e acesso ao currículo mínimo.

Lançar um olhar para essa diretriz se faz necessário, a fim de verificar seus desdobramentos práticos na garantia do direito de aprendizagem a TODAS as crianças. Compreender os desdobramentos, avanços e dificuldades na sua efetivação poderá promover

um processo de revisão e aprimoramento nos contextos escolares. Buscando, desta forma, ampliar as possibilidades de intervenção.

A inclusão como um paradigma de pensamento e ação, coloca a diversidade como uma norma e não uma exceção (SKITIC, 1994) e para modificar o modelo que conhecemos, precisamos estudar. A inclusão não é o projeto de um só professor, mas de toda a escola. É um projeto coletivo.

A inclusão se trata de um processo ser discutido, pensado e inserido no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola. Trabalhar com a diversidade exige do professor novas práticas educativas, bem como habilidades para desenvolvê-las, de forma a promover o aprendizado do aluno, assim como possibilitar ao professor maior segurança no desempenho de suas funções. De acordo com Skliar (2001) é preciso investir na formação continuada uma vez que a formação inicial, cursos de graduação, não dá conta do trabalho com a diversidade no cotidiano escolar.

Skliar (2001) parte do pressuposto de que a formação inicial do professor não prepara para lidar com a diversidade; mesmo que traga algumas disciplinas específicas para o trabalho com pessoas com necessidades especiais, em geral os cursos focam seus esforços no aluno pedagogicamente perfeito, o que acaba por gerar as situações de exclusão.

Além o PPP da escola, temos no Brasil uma legislação bastante vasta que busca regulamentar, organizar a educação inclusiva nacional, entre estas a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN 9394/96) que assegura aos alunos com necessidades especiais currículos, métodos, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades específicas; a Constituição Federal (art.208, III) que estabelece o direito das pessoas com necessidades especiais de receberem educação, preferencialmente na rede regular de ensino.

O Plano Nacional de educação de 2010, por sua vez, explicita a responsabilidade da União, dos Estados e Distrito Federal e Municípios na implementação de sistemas educacionais que assegurem o acesso e a aprendizagem significativa a todos os alunos. As Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica, desde 2001, assinalava a necessidade de que todos os alunos podem aprender juntos, em uma escola de qualidade.

Ainda temos a legislação municipal, Plano Municipal de Educação (PME), que teve sua última revisão publicada no Diário Oficial do Município em 2015, que traz em seu contexto as explicitações para uma educação inclusiva no município de Petrópolis.

Educação Especial é entendida como elemento integrante e indistinto do sistema educacional que se realiza transversalmente, em todos os níveis de ensino, nas instituições escolares, cujo projeto, organização e prática pedagógica devem respeitar a diversidade dos alunos a exigir diferenciações nos atos pedagógicos que contemplem as necessidades educativas de todos. (PME, 2015, p.08)

5 OBJETIVO GERAL:

Compreender como se efetiva o Atendimento Educacional Especializado em uma escola da rede municipal de Petrópolis.

6 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Observar o trabalho do professor de AEE direto com o aluno e na articulação pedagógica com os professores que atuam na sala comum e a equipe gestora.
- Identificar as contribuições do Plano do AEE no PDI do aluno.
- Promover o diálogo entre SRM e os demais profissionais da unidade escolar.

7 ALTERNATIVAS ESCOLHIDAS PARA A INTERVENÇÃO:

Como proposta de intervenção, desenvolvi alguns encontros (reuniões) com o objetivo de ouvir as partes interessadas: o professor da SRM e das salas regulares e equipe gestora (Orientadora e Diretora). Nesses encontros haverá questões problematizadoras, de acordo com o material colhido durante a pesquisa realizada. Todos terão a oportunidade de participar e de se colocarem no lugar do outro também.

Indagações como: O que eu espero do outro? O que eu posso fazer? O que eu estou fazendo? O que eu preciso para colocar em prática as orientações da política educacional geral e as ações pedagógicas propostas no processo de formação do AEE? O que falta para que o trabalho realizado seja realmente inclusivo, coletivo, interdisciplinar ou transdisciplinar? Que foram disparadas por meio de questionários e desdobradas em 3 encontros, que aconteceram junto às reuniões de formação da equipe escolar.

O caminho proposto trata de um trabalho reflexivo sobre a ação envolvendo o conhecimento individual e coletivo. “A formação não se constrói por acumulação (de cursos,

conhecimentos ou técnicas), mas, sim através de um trabalho de flexibilidade crítica sobre as práticas e de reconstrução permanente de uma identidade pessoal” (NÓVOA, 1992, p.25). Corroborando com o autor citado, essa reflexão será processual, através de indagações, problematizações e por isso também requer tempo e organização de interesses comuns e coletivos.

Destaco que os saberes necessários às práticas educativas, seja na sala de aula comum, seja na sala de recurso multifuncional, não são construídos apenas numa formação (inicial ou continuada), até porque os desafios do processo inclusivo vem se intensificando na última década, necessitando sempre da reflexão coletiva num processo de aprofundamentos sobre os diferentes saberes da docência.

Placo e Souza (2006, p. 79-80) ao questionarem sobre os saberes necessários para a docência ressaltam que

A formação inicial é importante para fornecer as bases de um conhecimento pedagógico especializado, pois sem conhecimentos sólidos dos fundamentos da educação, da didática e domínio dos conteúdos da área específica de conhecimento em que atua a atuação do professor pode ser limitado e pouco coerente. Mas a formação inicial parece não dar conta de ensinar saberes necessários à docência, pois a formação identitária do professor, a continuidade e a solidificação da aprendizagem da docência se dão no meio da problemática, na experimentação de sucessos e fracassos, na prática de ensino, refletida e dialogada.

Por isso lançar este olhar mais aprofundado sobre as práticas do AEE na escola é fundamental para favorecer o fortalecimento do fazer pedagógico inclusivo na escola. Para além do que está posto em um documento escrito, é preciso compreender as possibilidades e limites do trabalho com a deficiência na escola que atuo na perspectiva de aperfeiçoar também a minha docência.

Busco neste trabalho compreender e refletir sobre a política educacional da pessoa com deficiência na perspectiva inclusiva através de estudos teóricos e práticos. Espero contribuir com a escola possibilitando momentos específicos de pensar sobre o seu desenvolvimento nos últimos anos. A partir do desenvolvimento do trabalho na escola, outras questões e encaminhamentos podem surgir, pois o processo de reflexão na ação gera novas reflexões, possibilitando mudanças, crescimentos, problematizações.

Para provocar essa reflexão foi construído um roteiro de trabalho que comporá um planejamento geral da intervenção objetivando sempre a intersetorialidade, por meio do

diálogo e muita reflexão, da SRM e os professores da sala de aula regular a fim de atender, da melhor forma possível, a clientela da SRM.

8 CRONOGRAMA:

Etapas	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio
Pesquisa bibliográfica	x	x	x		
Entrevistas/Conversas		x	x	x	
Observação da SRM e em sala regular		x	x	x	
Intervenção			x	x	x
Escrita e análise dos dados coletados			x	x	x
Escrita final do TCC			x	x	x

9 – RELATORIO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

Vivemos atualmente um momento cada vez mais intenso de luta pelos direitos dos grupos minoritários, até então excluídos de nossa sociedade. No que diz respeito à educação, este movimento ganha força dentro das escolas com a inclusão escolar dos alunos com necessidades educacionais específicas.

Neste contexto busquei observar as atividades diárias desenvolvidas em uma escola pública municipal de Petrópolis, Rio de Janeiro, com o objetivo de refletir sobre o processo de inclusão vivido pelos profissionais desta unidade, assim como, a participação da Sala de Recursos Multifuncionais -SRM- na rotina da escola. Haja vista, ser este um recurso relevante, no processo de inclusão de alunos com algum tipo de deficiência.

Como dito anteriormente, organizei o texto em três partes, sendo a primeira dedicada aos desafios e possibilidades do AEE. Na segunda, abordo o contexto da escola

investigada por meio de documentos analisados, entre eles o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, alguns Planos de Desenvolvimento Individual (PDI) do aluno entre outros. E, num terceiro momento serão analisadas as vozes e os olhares docentes, por meio dos questionários e das falas registradas nos encontros de formação.

9.1 - O atendimento educacional especializado: desafios e possibilidades.

A educação especial é uma área de conhecimento e também uma modalidade de ensino, que tem como objetivo o desenvolvimento de práticas e estratégias pedagógicas voltadas para alunos com necessidades educacionais especiais.

Assim, a Educação Especial deve ser vista como parte integrante do sistema educacional brasileiro, em todos os níveis de ensino, da Educação Infantil ao Ensino Superior. Essa modalidade de educação é considerada um conjunto de recursos educacionais e estratégias de apoio que estejam à disposição de todos os alunos, oferecendo diferentes alternativas de atendimento.

Quando voltamos num tempo não muito distante, percebemos que nem sempre foi deste jeito. A ignorância, o medo, o preconceito e os tabus durante séculos foram responsáveis por manter afastadas do convívio social as pessoas com deficiências. Os sentimentos predominantes que as pessoas com deficiência provocavam eram de vergonha, de medo e de incômodo.

A história da educação especial começou no Brasil, no início da segunda metade do século XIX, sendo que anteriormente as pessoas com deficiência eram vítimas de abandono e negligência. Em um primeiro momento, a educação desses indivíduos acontecia em escolas anexas aos hospitais psiquiátricos, assim como, em instituições especializadas. Neste contexto, este período ficou caracterizado pela segregação destes indivíduos.

Na década de 1960, houve um grande aumento do número de instituições especializadas, a prática da educação segregada, começou a ser questionada, tendo início a luta pelo direito de escolarização das pessoas com necessidades educacionais especiais nas salas comuns das escolas regulares. Começando deste modo a prática a integração escolar, buscando garantir a presença e participação dos alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares.

Esta prática da integração escolar não teve êxito, especialmente porque era atribuído ao aluno a responsabilidade de se adequar, de se adaptar ao ambiente de ensino no

qual estava inserido, não sendo deste modo previsto a reestruturação do sistema educacional para atender às especificidades deste aluno.

Na busca de garantir não apenas a presença do aluno com necessidades educacionais especiais na sala comum do ensino regular, mas também de desenvolver meios que tornassem possível para esse aluno alcançar sucesso acadêmico, ou seja, que a escola leve em conta suas habilidades, que ele seja avaliado dentro de suas possibilidades, buscando valorizar seus “dons” e especificidades, e, conseqüentemente, fazendo com que o mesmo permaneça na escola regular, a partir da década de 1990, este movimento de inclusão escolar foi fortalecido. Desde então diversas foram as iniciativas para colocar em prática uma escola inclusiva, que acolha a todos.

Entre estas iniciativas é possível destacar o movimento que prevê a revisão e a reformulação do sistema educacional como um todo, visando alcançar o desenvolvimento de uma escola democrática na qual a diversidade seja respeitada e valorizada.

Através dos tempos, é possível perceber que a visão sobre a deficiência é social e historicamente construída. Que o caminho percorrido pelas pessoas com deficiência até chegarem à condição de terem seu direito à educação garantido, foi longo e muitas vezes cruel. Mas felizmente, o mundo mudou, os conhecimentos se ampliaram, a medicina evoluiu, e as tecnologias chegaram para facilitar a vida das pessoas. Hoje, ainda há desafios a serem transpostos no convívio com a sociedade.

E a escola? O que aconteceu com ela? Não acompanhou tais mudanças, ainda funciona como no século passado, apesar de tantas legislações inovadoras ainda somos conteudistas e os desafios cada vez maiores. Entre os quais é possível elencar, a formação do corpo docente, o tempo para o planejamento conjunto entre o professor da sala comum e o professor de AEE, a disponibilidade para o diálogo, a participação da família, a dificuldades de acesso a especialista da rede de saúde pública, a adaptação curricular, a necessidade de um laudo, a articulação entre os entes envolvidos e tudo isso se reflete dentro do espaço escolar. Desafios estes recortados das entrevistas dos participantes desta pesquisa por meio de questionários e reflexões.

A escola pode ser considerada como uma das primeiras oportunidades que a criança tem para aprender a conviver com outras crianças fora do ambiente familiar, mas muitas de nossas crianças com deficiência ainda estão fora da escola, ou, apenas integradas a uma instituição educacional. A escola inclusiva respeita e valoriza todos os alunos, cada um

com sua característica individual e, é a base da sociedade para todos, que acolhe todos os cidadãos e se modifica, para garantir que os direitos de todos sejam respeitados. (GIL, 2005, p.16).

9.2 - O contexto do AEE na escola investigada.

Durante a pesquisa documental foi consultado o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola de 2010, alguns PDIs de alunos que frequentaram a SRM em 2018, o texto do primeiro projeto para implantação da SRM de 2010, além de documentos construídos pela Secretaria Municipal de Educação (SME) intitulados: 'Educação Inclusiva: Conceitos e Diretrizes Operacionais de Atendimento' e 'O fazer Educacional Frente aos Desafios da Inclusão', ambos datados de 2014. Além do Plano Municipal de educação (PME).

Além de documentos da esfera nacional como, a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN 9394/96) Constituição Federal (art.208, III); o Plano Nacional de educação de 2010; as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica, já citados anteriormente. O desafio agora é concretizar as leis, fazer com essas cheguem ao chão da escola, contribuindo deste modo para mudar o cenário nacional da educação inclusiva.

Em contato com os documentos supracitados, juntamente com as observações realizadas e a análise dos questionários é possível entender o quão complexo é o processo de inclusão escolar. Que é importante repensar alguns conceitos e terminologias que fazem parte do cotidiano dos professores especialista (do AEE) e generalista (regente). Desde modo, a seguir serão descritos alguns dos termos utilizados nos serviços de apoio pedagógico especializado que acontecem na escola pesquisada e envolvem a equipe escolar. Com base nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001, p.50).

Sala comum: considerado o ambiente dito regular de ensino/aprendizagem, no qual também estão matriculados alunos com necessidades educativas especiais. Alunos estes assistidos pela AEE na SRM, além de acompanhados por especialistas de acordo com a necessidade de cada um.

Plano de Atendimento Educacional Especializado: é o planejamento das intervenções pedagógicas a serem desenvolvidas no turno contrário ao da escolarização do aluno. A elaboração deste plano deve envolver o professor do AEE, professores regentes, equipe pedagógica, profissionais externos à escola que acompanham o desenvolvimento do

aluno, além dos familiares. É um documento importante para que a escola e a família acompanhem e planejem a trajetória percorrida pelo aluno.

Salas de Recursos Multifuncionais são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado que tem como objetivos: Prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular aos alunos com deficiência, matriculados na rede pública de ensino regular. O conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos que caracterizam o Atendimento Educacional Especializado são organizados institucionalmente e prestados de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular.

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em salas comuns do ensino regular exige interação constante entre o professor regente e o professor de AEE, um diálogo constante, a troca de informações, a construção de uma parceria entre estes.

Entre os documentos diretamente relacionados à escola foco da pesquisa é possível destacar que seu PPP conta com uma página e meio dedicada a “inclusão” que é vista como a “... *capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção.*” Ainda cita a LDB 9394/96 que traz a Educação Especial como uma modalidade da educação escolar. Manifesta o desejo da unidade de assumir um papel de escola para todos “*queremos viabilizar que esteja de acordo com os princípios democráticos, trabalhando com a diversidade humana e respeitando as limitações, acreditando que todos podem aprender, diferenciados quanto ao ritmo e formas de aprender*” (PPP, 2010, p.5)

Ainda neste trecho é possível verificar a preocupação com a formação não só do corpo docente, mas de toda equipe da escola, “*muito ainda a que se fazer como formação continuada para professores, equipe pedagógica e diretora...*” se preocupa também com os recursos a serem usados com e para os alunos “[...] *salas de apoio especializado, materiais em Braille, computadores com programas apropriados, adaptações dos objetivos, conteúdos, métodos e da avaliação para atender as particularidades dos alunos.*” (PPP, 2010, p.5)

Mesmo sendo um documento de quase uma década e precisar de atualizações, demonstra a preocupação da equipe escolar em atender cada aluno na sua especificidade, em lhes oferecer a oportunidade de aprender, de conviver, de participar da rotina escolar. E é o que pode ser observado nos dias de hoje também, essa preocupação em acolher a todos e se

dedicar para a permanência dos alunos na unidade seja de aprendizado em todas as áreas enfatizando as possibilidades e não a limitação de cada um.

No texto que traz o primeiro projeto para implementação da SRM também de 2010, não deixa dúvidas com a preocupação em atender a todos. Por ser um documento construído quando ainda se iniciava o assunto sobre inclusão nas escolas, este traz alguns equívocos que hoje já não acontecem. Esse projeto teve a participação da professora E. D., que não atua mais na escola, mas foi ela quem buscou, planejou, solicitou, lutou e conseguiu implantar a SRM na escola pesquisada.

Logo na introdução o documento indica *“não podemos mais pensar em escolas excludentes, que privilegiem alguns em detrimento de outros, mas em escolas adaptadas e preparadas para desenvolver, com sucesso, esse atendimento individualizado aos alunos com necessidades educacionais especiais.”* (DIONÍSIO, 2010, p.01)

Entre seus objetivos estão *“possibilitar o desenvolvimento de potencialidades [...] propiciar aos alunos com quaisquer necessidades de atendimento individualizado especializado um espaço acolhedor e estimulante.”* (DIONÍSIO, 2010, p.02). Quando se trata de inclusão, deve-se pensar na inserção de todos os alunos na rotina escolar, independente de suas características ou peculiaridades.

Documentos construídos há quase uma década, como os citados anteriormente, necessitam de atualizações permanentes, o que a escola não conseguiu realizar. Nestes 9 anos que se passaram a realidade já não é a mesma, os alunos são outros, o quadro docente com muitas entradas e saídas de professores e orientadores.

O Projeto Político Pedagógico da escola (PPP) segundo Passo, 1995, é mais que um documento. Ele é uma ferramenta orientadora das práticas que acontecem no ambiente escolar. Compreendido como a identidade da escola, o PPP deve atender às necessidades da instituição e, principalmente, dos educandos, levando-se em consideração o contexto econômico, cultural e político em que a escola está inserida.

É um documento que compõe uma lista de documentos obrigatórios e essenciais para o funcionamento de uma instituição de ensino escolar. Mais que uma exigência legal, ele é uma documentação escrita das intenções, objetivos e metas projetadas pela escola e para a escola oferecer a educação que se espera dela.

O projeto político pedagógico é um documento facilitador, que ajuda a organizar as atividades da escola, bem tudo o que acontece dentro dela. Retrata o que foi construído na

escola, e “permite à escola rever a sua intencionalidade e sua história” (LONGHI e BENTO, 2006, p.9). Deste modo cabe ressaltar a importância de toda comunidade escolar.

O plano municipal de educação também menciona o PPP da escola e a importância do mesmo para uma escola inclusiva capítulo 5:

5.3.2. Assegurar, no Projeto Político Pedagógico das escolas, referências específicas de ações que possibilitem a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais; 5.3.3. Garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob a alegação de deficiência, e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado; 5.3.4 Implantar, no prazo de vigência deste plano, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas e do campo; 5.3.5. Garantir o atendimento educacional especializado em sala de recursos multifuncionais e serviços especializados, públicos ou conveniados nas formas complementar e suplementar, a todos os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, matriculados na rede pública de educação básica; (PME, 2015, p.8)

Em relação aos PDIs consultados constatou-se que seguem o modelo disponibilizado pela SME, sendo bem objetivos e claros atendendo, desta forma, a função a que se propõe de registrar o processo de desenvolvimento do aluno. Neste documento é possível encontrar as áreas de observação: Função cognitiva (percepção, atenção, memória, linguagem e raciocínio lógico); Função motora(desenvolvimento e capacidade motora); Função pessoal/social (área emocional, afetiva, social).

Encontram-se também as ações necessárias para atender às necessidades educacionais especiais. O planejamento pedagógico a ser desenvolvido, a organização do atendimento educacional especializado, as orientações a serem realizadas pelo professor de AEE e pra finalizar os objetivos para a SRM a curto e longo prazo.

Os documentos ofertados pela SME trazem as diretrizes norteadoras para o atendimento aos alunos público-alvo da Educação Especial, de acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008), assim como, orientações sobre adaptação- adequação curricular, sugestão de fichas para adaptação- acomodação curricular; sugestão de como construir relatórios descritivos com a finalidade de registro avaliativo do aluno em sistema de inclusão; roteiros para a construção dos PDIs entre outros.

Buscando, desta forma, fazer com que a perspectiva da educação inclusiva, a educação especial seja parte integrante da proposta pedagógica das escolas publicas

municipais definitivamente, direcionando suas ações para o atendimento às especificidades desses alunos no processo educacional. Pretendendo deste modo um espaço escolar mais reflexivo e atuante, consciente de sua efetiva participação na construção destes sujeitos.

Depois de analisar os documentos presentes na escola relacionados à prática inclusiva busquei ouvir as vozes que ecoam pela escola, conhecer suas perspectivas, preocupações, suas dúvidas e incertezas, assim como, o seu fazer pedagógico e suas expectativas em relação ao “outro” profissional. Para tal, distribuí questionários e desenvolvi 3 encontros para refletirmos sobre as questões postas nos questionários, além de conversas individuais com os mesmos.

9.3 - Vozes e olhares docentes: o AEE em questão.

Nessa seção será enfatizada as falas das professoras, orientadora e diretora da Escola SJC, lócus da mesma, buscando a possibilidade de abertura para novos caminhos, uma vez que educar para a inclusão é permitir-se o movimento de constante reflexão, pois sem a mesma corre-se o risco de engessamento da prática pedagógica.

Em um **primeiro momento** procurei refletir sobre o papel de todos os envolvidos no processo de inclusão, a prática do professor regente e do professor de AEE, buscando enfatizar a contribuição de cada um neste processo. Receber alunos com deficiência em sala de aula é um desafio para os professores que têm dúvidas e questões sobre a sua capacidade para vencer estes desafios. “A inclusão envolve uma necessidade maior de se pensar a respeito do próprio fazer pedagógico, pois exige que se revejam jeitos e formas de ensinar.” (GIL, 2005, p.90).

A partir da fala dos participantes sobre: A contribuição de cada um no processo de inclusão escolar, algumas considerações se fazem necessárias a fim de encontrar pontos que se convergem ou divergem, foi o que aconteceu no primeiro encontro, no dia 04 de março de 2019, durante a reunião de formação dos professores, na qual teve a participação da diretora, orientadora, professores regentes e o professor de AEE.

Diretora	E	
Orientadora	L	
Professora de AEE	A	
Professoras regentes	V, S, AC, M, D,	Educação Infantil ao 5º ano

Em relação ao que eu **espero** do **outro** em relação ao aluno com deficiência:

M: Espero comprometimento, respeito, profissionalismo e vontade de ajudar.

E: Que acolha com todo carinho o aluno e seu responsável [...] planejar atividades que favoreçam o desenvolvimento do aluno.

A: Acredito na parceria [...] um aluno incluído não pertence a um único professor, ele é da escola.

L: Espero que o outro realmente se preocupe e inclua o aluno deficiente em suas aulas, uma vez que a realidade que encontramos é de integração e não de inclusão.

S: É necessário que a equipe gestora peça um laudo para família e a partir deste iniciar o trabalho coletivo...

D: Espero que me ajudem para que seja feito um trabalho coletivo, oferecendo recursos de recursos e recursos necessários para que haja uma inclusão efetiva.

V: Parceria, em suas diferentes instâncias: família, rede de saúde, escola e demais instituições corresponsáveis.

AC: Eu espero que corresponda algumas expectativas elaborada em equipe de planejamento.

Ao refletir sobre as falas acima destacadas foi possível identificar convergências e divergências, todos esperam alguma “coisa” do “outro”, especialmente a parceria e comprometimento, desejam o trabalho colaborativo e coletivo, indício que este ainda não acontece na plenitude da realidade da escola. Também é notória a necessidade da formação continuada destes profissionais. Percebemos na fala da professora “S” a dependência do laudo para “[...] a partir deste, iniciar o trabalho coletivo”. A orientadora “L” deixa claro que a realidade ainda é de integração na maioria das vezes.

Neste contexto, fica claro que precisamos repensar nosso fazer pedagógico “[...] A inclusão envolve uma necessidade maior de se pensar a respeito do próprio fazer pedagógico, pois exige que se revejam jeitos e forma de ensinar” (GIL. 2005 p. 90).

A família também é bastante citada, ora por necessitar de acolhimento, ora para estabelecer parceria, realmente a família é peça chave neste processo de inclusão. São elas as responsáveis por procurar ajuda na rede de saúde, a escola só pode solicitar encaminhamento e se a família não cumprir com sua função em vão trabalhamos na escola. Acredito ser a parceria com a família mais importante a ser pretendida pela escola.

O que **eu posso fazer** em relação a alunos com deficiência?

M: Eu posso contribuir [...] fazendo um trabalho que vise o desenvolvimento global do aluno, estimulando para que ele possa avançar em sua aprendizagem.

E: Atender as solicitações da professora da sala de recursos [...] junto com a orientadora e professora da sala de recursos realizar uma reunião com toda equipe da escola para informar sobre os alunos incluídos e a forma correta de lidar com eles.

A: Sempre inicio com avaliações diagnósticas, assim posso iniciar o planejamento do trabalho. [...] busco um trabalho voltado para o desenvolvimento de potencialidades e de habilidades que proporcionem melhor qualidade de vida...

L: Procurar a família para buscar informações acerca do histórico dos alunos; observar [...]; analisar [...]; verificar [...]. Trabalhar também com a família, uma vez que muitas vezes as famílias precisam de suporte tanto quanto as crianças.

S: Recebê-lo bem, fazer com que se sinta querido [...] após ter sido diagnosticado, atuar para que o aluno tenha mais autonomia, conhecimento e se desenvolva de acordo com suas capacidades.[...] trabalhar em conjunto com outros profissionais que atendam essa criança.

D: Preparar-me, pesquisar para conhecer o tipo de deficiência, história de vida do aluno, saber as intervenções necessárias e adaptações curriculares para melhor organizar a aprendizagem do educando.

V: Acolher, auxiliar na integração com seus pares. Adaptar atividades e fazer intervenções de acordo com os objetivos traçados. “ler e ouvir” o que o aluno mostra.

AC: Estimular o aluno ao máximo para que possa ter um ótimo êxito e que possa suprir algumas das necessidades que tenha.

Nesta segunda questão é visível a diversidade de ideias sobre o papel de cada um, mas ao mesmo é perceptivo que as dúvidas e equívocos caminham também na mesma proporção. Citam que o nosso papel é promover o desenvolvimento global do aluno, o desenvolvimento de potencialidades, o acolhimento, adaptação de atividades. Mas aparentemente não têm muita certeza de como realizar, de como intervir na prática do cotidiano escolar para que estes objetivos sejam alcançados.

A professora “D” trás a necessidade de ela se preparar, pesquisar para conhecer o tipo de necessidade de desse aluno assim como sua história de vida sendo este último também citado pela orientadora “L”. Acredito que este seja o melhor caminho (o estudo e a pesquisa), pois assim como um estaremos trabalhando a individualidade do aluno. Iniciativa e empatia precisam permear nossa prática pedagógica.

A diretora “E” destaca a necessidade do diálogo, do planejamento conjunto entre a professora do AEE, o professor regente e a própria equipe gestora. Para que esta troca atinja seus objetivos cada um dos envolvidos, precisa conhecer seus alunos, e um dos instrumentos para obter este conhecimento temos as avaliações diagnosticas citas pela professora do AEE, pela orientadora e as professoras regentes “V”, “S”. Sendo que a professora “S” parece depender mais uma vez de um diagnostico fechado para realizar seu trabalho “ [...] após ser diagnosticado[...].”

O que **eu preciso** para pôr em prática?

M: Preciso de uma equipe educacional e de saúde [...] comprometida em ajudá-los.

E: Fortalecer cada vez mais os espaços de formação e planejamento. Criar condições para que a professora da sala de recursos tenha momentos com as professoras regentes [...] para que possam trabalhar em parceria.

A: É necessário estudo, tempo de planejamento, busca constante de materiais. [...] parceria dos pais, dos professores e equipe gestora.

L: Maior apoio dos órgãos públicos [...] é necessário um aporte de profissionais, desde estagiários até psicólogos fonoaudiólogos...

S: [...] se dispor e estar preparado para trabalhar com as diferenças de cada criança; entender que o trabalho deve ser em conjunto com os outros profissionais de acordo com o problema, [...] ler e conhecer mais sobre tal deficiência.

D: Preciso de apoio da equipe gestora, assim como dos familiares, além de ter o compromisso de realizar atividades, avaliações e intervenções de acordo com a necessidade do educando [...] estrutura e material adequado...

V: apoio é fundamental. No entanto não é impeditivo da minha ação pedagógica caso não tenha o apoio que preciso.

AC: O tempo para que o planejamento seja eficaz.

Nesta questão foi possível identificar as várias necessidades da equipe que atua na escola pesquisada. Entre as quais destacamos: a necessidade de tempo de planejamento, de apoio, de formação, de parcerias dentro e fora escola, especialmente com as famílias e a rede saúde pública. A necessidade de estudos, pesquisas e formação aparecem na maioria dos depoimentos, o que demonstra o quanto ainda está aquém do que é esperado de nós, do quanto precisamos avançar no processo de uma escola para todos.

Corroborando com a necessidade de formação dos professores, Vilaronga e Mendes (2014, p.141) destacam: Com uma formação debilitada no que tange a educação especial, com cursos que na maioria das vezes não correspondem à realidade das escolas e sem troca efetiva com professores especialistas em educação especial (quando fazem parte do

corpo de profissionais da escola), os professores recebem todos os anos alunos com as mais distintas deficiências.

Em relação ao tempo de planejamento, que não temos, na rede municipal de educação de Petrópolis, pois aqui não é dado ao professor o 1/3 de planejamento previsto na legislação federal, são cumpridas 20 horas semanais em sala de aula. O tempo é uma das maiores necessidades de um professor, especialmente se este trabalha nos dois turnos, caso da grande maioria dos professores do quadro municipal.

No mesmo trecho do texto citado anteriormente encontramos “[...] é preciso discutir na escola questões relacionadas ao tempo de planejamento em comum e de educação entre o professor de educação especial e o professor da sala regular.” Sinto dizer que este tempo não existe na unidade pesquisada, a própria diretora coloca que uma das necessidades é “criar condições para que a professora da sala de recursos tenha momentos com as professoras regentes [...] para que possam trabalhar em parceria.”

O que **falta** para que o **trabalho realizado** seja realmente inclusivo, coletivo, interdisciplinar ou transdisciplinar, **colaborativo** e faça a diferença na vida do meu aluno com deficiência?

M: Falta tempo para planejar atividades adaptadas [...], falta recursos (jogos, tecnologia, estagiários), e em algumas situações falta a presença da família e cuidados com profissionais de saúde.

E: Trabalharmos cada vez mais em equipe, unindo os esforços de todos [...] garantir a frequência dos espaços de troca de experiências e conhecimentos.

A: Percebo que a falta de iniciativa dos pais para buscar especialistas e médicos, [...] o número de alunos excessivo em sala de aula, falta de apoio com estagiários, [...] a resistência de alguns professores, que dizem ter dificuldade em trabalhar com alunos deficientes, mas não busca caminhos para viabilizar...

L: ...maior envolvimento dos outros nesse processo de inclusão, uma vez que planejar uma proposta [...] que faça a diferença na vida do meu aluno é uma atividade trabalhosa...

S: Falta conhecimento [...], empenho da família [...], profissionais da área de saúde, sala de recursos terem contato com o professore regente [...], material e espaço físico [...] profissional capacitado para auxiliar o professor em sala de aula e acompanhar individualmente a criança nas atividades propostas.

D: Falta estrutura física, material adequado, investimento dos governantes, e uma participação ativa dos envolvidos [...] aprendizagem para ser inclusiva deve-se respeitar e valorizar todos os alunos e entender e trabalhar com suas singularidades.

V: Falta diálogo entre as instancias. Encontros de fato colaborativos. Mais ação e menos julgamento.

AC: que todas as propostas: governamentais, pedagógicas e “ajudas oferecidas”, sejam verdadeiramente cumpridas.

Esta última questão colaborou para fechamento das três que a antecederam, o que falta para possibilitar um trabalho colaborativo, inclusivo, coletivo, enfim um trabalho que dê resultados positivos. Novamente as professoras destacam a falta do tempo, de conhecimento, de iniciativa inclusive da família, diálogo entre as instâncias, estrutura física, material adequado, envolvimento o que se resume na fala da diretora “*Trabalharmos cada vez mais em equipe, unindo os esforços de todos.*”

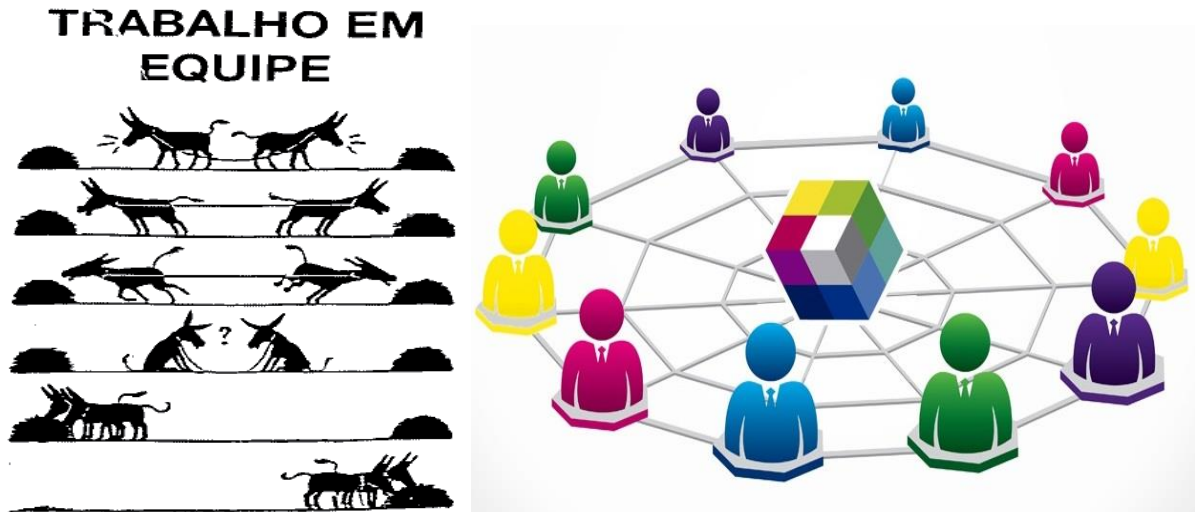
Estamos diante de uma realidade complexa, muitas apontaram a “falta de tempo” como fato relevante para um trabalho colaborativo, para planejar (junto ou individual), discutir, trocar experiências, para estudar/pesquisar entre outros. Cabe ressaltar que uma escola inclusiva é construída por todos, sendo uma construção coletiva, requer mobilização, discussão e ação organizacional de toda comunidade escolar, mas falta como as professoras destacaram tempo, iniciativa, conhecimento para tal. O tempo ou a falta dele, juntamente com falta de preparo dos professores parece ser no momento, um dos maiores desafios da escola pesquisada.

Temos deste modo, um fato que não está ao alcance da escola ou dos professores resolverem, dependemos das autoridades públicas do nosso município para colocar em prática a lei federal de 1/3 de planejamento, para deste modo, minimizar a questão da falta de tempo para planejamento e formação na unidade escolar.

Afinal planejar é um instrumento importante para o ser humano, planejar torna possível definir o que queremos a curto, médio e longo prazo; prever situações e obter recursos; organizar atividades; dividir tarefas para facilitar o trabalho entre outros.

No **segundo momento** trabalhamos “A importância do trabalho em equipe para uma inclusão de fato”.

Foi um momento mais prático e dinâmico no qual após refletir sobre o trabalho em equipe, por meio de uma charge e uma imagem na qual os indivíduos se veem interligados a todos ao mesmo tempo, cada professor recebeu um pedaço de papel colorido no qual foi lhes pedido que escrevessem “o que acredita ser essencial para um trabalho em equipe”.



Chegou a hora de construirmos um organograma próprio, resumindo o trabalho em equipe, segundo o que elas colocaram no papel. A partir de então, em um papel pardo montamos um primeiro organograma onde de um círculo saiu vários barbantes que ligavam o mesmo seus pedacinhos de papel colorido. Paramos para refletir se aquela imagem realmente representaria um trabalho de equipe. Umas responderam acho que sim, outras afirmaram sim, então indaguei o que era uma equipe, como essa equipe desempenharia seu trabalho e o diálogo foi desenvolvendo.

Então apresentei a elas o significado da palavra equipe segundo o minidicionário Houaiss (2004) “**Significado de Equipe.** Grupo de pessoas que se dedicam à realização de um mesmo trabalho.” então mais uma vez perguntei se aquele organograma representava o nosso desejo de trabalho em equipe, colaborativo. Assim uma delas respondeu que deveríamos trabalhar “juntas e misturadas”, ombro a ombro, deste modo outra imagem foi formada no nosso papel pardo.

Segue um quadro com as palavras que compuseram nosso organograma e o numero de vezes que cada cada uma foi mencionada.

Parceria	2
Respeito	1
Humildade	1
Profissionalismo	1
Persistência	1
Cooperação	2
Diálogo	1

Pensar e ajudar o outro	1
Planejar junto	1
Fazer as informações circularem	1

Deste modo o produto final ficou assim: E tudo que vimos no primeiro momento apareceu novamente de forma resumida, em apenas uma palavra.



Fonte: autora (2019)

Num **terceiro e último momento** procuramos refletir sobre o nosso papel dentro da escola, assim como, nossa responsabilidade em construir um ambiente inclusivo. “**O primeiro passo pode ser nosso, o meu, o seu... o de cada um.** Pensando nisso, construa um pequeno texto que contemple aquilo que você considera uma escola inclusiva e qual o maior desafio para que isso se torne realidade em nosso meio”. Desta forma será reproduzido trechos das falas dos envolvidos na pesquisa.

A: Infelizmente ainda temos uma longa caminhada para uma escola inclusiva, já avançamos, mas não o suficiente. Temos entraves para uma “educação para todos”, pois ao longo dos anos temos construído uma ideia de escola, que insiste em contemplar uma educação que prioriza conteúdos, competição e preparação para provas exames [...] o ser humano ter seu desenvolvimento voltado para sua plenitude,

buscando o aprimoramento de suas múltiplas inteligências e potencialidades.

L: Essa inserção ou inclusão ocorreu sem que houvesse formação dos professores que receberam tais alunos e, ainda hoje, o despreparo do corpo docente das escolas apresenta-se como um obstáculo significativo a esse processo. [...] maior desafio é a formação destes profissionais. [...] esta formação deve abarcar todos os profissionais da escola, independente da função.

V: Uma escola inclusiva [...] acolhe com profissionalismo (responsáveis e alunos). Reflete acerca de seu papel intra e extra muros. Ouve as diferentes formas de transpor os desafios. Consolida parcerias.

M: Acredito que o primeiro passo para a escola inclusiva seja o olhar para este aluno, sabendo respeitar suas peculiaridades, fazendo-o sentir-se parte do meio em que está inserido, interagindo com todos, com a realização de atividades adaptadas. [...] maior desafio seria ter o apoio de profissionais de saúde.

D: Incluir é se modificar, preparar-se, estruturar-se para receber o outro, coloca-se no lugar do outro, cooperar e unir forças para o bem comum. [...] As ações inclusivas promovem a inclusão, por tanto precisamos unir forças e agir.

S: Não me sinto capacitada [...] penso que numa escola inclusiva deveria ter: professores capacitados, [...] cuidadores, professores auxiliares, espaço físico e material adequados [...] outros profissionais de saúde [...]. Penso que o maior desafio é o comprometimento das “políticas públicas”

Ao analisar os trechos das falas acima, procurando extrair de cada depoimento as principais informações constatadas que ainda temos um longo caminho para percorrer, como disse a professora “A”, para que a escola comum se torne inclusiva. Para ser inclusiva a escola precisa reconhecer as diferenças dos alunos e a partir destas construir seu plano de curso, seu PPP, seu planejamento diário, procurando por estratégias que levem o aluno a assimilar os conteúdos mínimos, buscar por mudanças que reflitam dentro e fora da escola.

É ingenuidade pensar que ações isoladas alcançarão os resultados pretendidos, Precisamos mobilizar a todos, esse desafio precisa ser de todos os envolvidos, dentro e fora dos muros da escola,

Gostaria de destacar a fala da professora “D”- *Incluir é se modificar, preparar-se, estruturar-se para receber o outro, coloca-se no lugar do outro, cooperar e unir forças para o bem comum.* Onde ela se coloca como o foco das mudanças necessárias para que a escola seja inclusiva. Nenhuma outra entrevistada se colocou de forma tão pessoal, assumiu a responsabilidade de dar o primeiro passo, as outras falas foram impessoais.

Nestes três momentos de reflexão, vimos muitas falas se retirem, como os desafios a serem vencidos ao longo dos anos, como: a precária formação inicial dos professores, a difícil parceria entre escola, família e rede pública de saúde, a falta de tempo inclusive para o planejamento conjunto entre o professor regente e o professor do AEE.

10 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desses estudos e documentos analisados foi possível tecer algumas considerações entre as quais destaco a necessidade de formação continuada para os profissionais da escola, afim de melhor atender o aluno com deficiência, para que ao respeitar as características de seus alunos possam oferecer alternativas pedagógicas, que atendam as necessidades destes alunos, assim sendo construído um ambiente inclusivo e acolhedor seja para os alunos, assim como seus familiares.

Outra necessidade latente é o tempo, neste caso a falta deste que é um instrumento importante no cotidiano da escola, pois foi unânime a questão da falta de tempo para o planejamento, especialmente entre o professor do AEE e o professor regente e a partir deste acontecer às adaptações curriculares e estratégias que contribuam com o processo de aprendizagem do aluno com deficiência. Pois esta deve ser a função do professor do AEE, oferecer apoio, suporte e orientação para elaboração de estratégias metodológicas de acesso e adaptações ao currículo escolar.

Outra questão observada foi à necessidade de parcerias buscando envolver a rede pública de saúde e a família, esta última sendo vista como uma “ponte” entre a escola e os profissionais de saúde.

Mesmo não sendo, exatamente o objetivo do estudo, foi percebida a urgência em atualizar o PPP da escola, pois o mesmo data de 2010 e a escola já não é mesma de 9 anos atrás, seus alunos e necessidades são outras. Neste período já aconteceram diversas revisões nas leis que regem a educação nas instancias federal, estadual e municipal.

Entre os objetivos deste estudo estava o observar do trabalho do professor de AEE com o aluno e com o professor regente, neste contexto puder observar que a professora do AEE procura, na medida do possível, visita as salas de aula para observar o aluno em sua rotina e tarefas do dia-a-dia da sala regular, sentou com a professora regente para traçar os objetivos e necessidades de adaptações para o aluno atendido pela SRM. Em relação aos

alunos são 2 atendimentos semanais de 50 minutos, com jogos, vídeos, pintura, colagem dependendo da necessidade diagnosticada.

O segundo objetivo era identificar as contribuições do Plano do AEE no PDI do aluno, O PDI dos alunos segue um modelo disponibilizado pela Secretaria Municipal de Educação e atende as especificações do Plano Nacional de Atendimento Educacional Especializado.

O promover o diálogo entre SRM e os demais profissionais professores também foi alcançado durante os três encontros programados, deixei como sugestão, que os conselhos de classe aconteçam nos dias e horários em que a professora do AEE esteja na escola, será mais um momento de troca.

Diante do contexto, em que várias necessidades foram identificadas, questiono como suprir as barreiras de modo a construir o processo de no contexto da escola investigada. Acredito que a identificação de barreiras é o primeiro passo, para que os professores, de forma colaborativa e formativa, possam avançar.

11 - REFERÊNCIAS:

BRASIL. As Diretrizes Operacionais da Educação Especial para Atendimento Educacional Especializado –AEE- na Educação Básica (Decretonº 6.571/2008). Disponível em: <http://www.ufpb.br/cia/contents/manuais/a-consolidacao-da-inclusao-escolar-no-brasil-2003-a-2016.pdf>. Acesso em 09/09/2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes nacionais para educação especial na educação básica. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional. – 2. ed. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018. 58p. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/544283/lei_de_diretrizes_e_bases_2ed.pdf. Acesso em 22/04/2019.

DIONÍSIO. Ester, Projeto sala de Recursos Multifuncionais da Escola São José do Caetitu, Petrópolis.2010.

GIL, Marta.(coordenadora). **Educação Inclusiva: O que o professor tem a ver com isso?** São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo: Ashoka Brasil, 2005.

HOUAISS Minidicionário da língua portuguesa/organizado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda.- 2.ed. rev. e aum.- Rio de Janeiro: objetiva, 2004.

LONGHI, Simone Raquel Pagel;BENTO, Karla Lucia. Projeto Político-Pedagógico uma construção coletiva. **Revista de divulgação técnico-científica do ICPG**.Vol. 3 n. 9 - jul.-dez./2006.

NÓVOA, Antônio. **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom quixote, 1992.

PLACCO, Vera M. N. S.; SOUZA, Vera L. T. **Aprendizagem do adulto professor**. São Paulo: Loyola, 2006.

PETRÓPOLIS. Plano Municipal de Educação. Diário Oficial ANO XIV – Nº 4751, 24 de julho de 2015. Disponível em :<http://www.petropolis.rj.gov.br/pmp/index.php/servicos-na-web/informacoes/diario-oficial/finish/189-julho/3529-4751-sexta-feira-24-de-julho-de-2015-suplemento.html> Acesso em 22/04/2019.

PETRÓPOLIS. Projeto Político Pedagógico da Escola São José do Caetitu. Petrópolis, Rio de Janeiro. 2010.

VEIGA, Ilma Passos A. **Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção Coletiva**. Campinas: Papyrus, 1995.

SKITIC, 1994. **Escola inclusiva: espaço de interações e de formação contínua.** Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/63722508/17417-Topicos-Ed-Especial-Aula-11-Volume-2>. Acesso em 10/09/2018.

SKLIAR, Carlos. Pluralismo x norma ideal. In: SCHMIDT, Saraí (org.). **A educação em tempos de globalização.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.p. 16-24

VILARONGA, Carla A. R.; MENDES, Enicéia G. **Ensino Colaborativo para o apoio à inclusão escolar:** práticas colaborativas entre professores. Rev. bras. Estudos. Pedagógicos. (online), Brasília, v.95.n. 239, p. 139-151, jan./abr. 2014.

Anexo 1

Petrópolis, 22 de março de 2019.

Cara equipe da Escola.....:

Estou terminando mais uma após graduação, agora pela Universidade Federal de Juiz de Fora, “Educação Inclusiva nos Contextos Escolares” e para que eu obtenha êxito nesta última etapa solicito a contribuição de vocês, o que será decisivo nestes últimos meses. **Em meu TCC projetei pesquisar sobre a Sala de Recursos Multifuncionais e suas implicações junto aos demais professores da equipe docente, além da equipe gestora desta unidade escolar.**

Assim, solicito, por favor, que você faça uma reflexão sobre o tema e responda as perguntas que se encontram no início e se repetem no fim deste documento.

Certa de sua contribuição desde já agradeço sua atenção e dedicação.

Abraços

Elizabeth Reuther

Roteiro para intervenção:

Conteúdo: Reflexões como: O que eu espero do outro? O que eu posso fazer? O que eu estou fazendo? O que eu preciso para por em prática? O que falta para que o trabalho realizado seja realmente inclusivo, coletivo, interdisciplinar ou transdisciplinar e faça a diferença na vida do meu aluno com deficiência?

Meta: No fim da intervenção ter-se claro a importância do trabalho em equipe, da relevância das trocas entre os pares, da cumplicidade e parceria entre todos, do ensino colaborativo.

Parte 1:

Assunto: A contribuição de cada um no processo de inclusão escolar

Texto para reflexão.

Esta é uma história sobre 4 (quatro) pessoas:

TODO MUNDO, ALGUÉM, QUALQUER UM e NINGUÉM.

Havia um importante trabalho há ser feito, e TODO MUNDO tinha certeza que ALGUÉM o

faria.

QUALQUER UM poderia tê-lo feito, mas *NINGUÉM* fez.

ALGUÉM zangou-se porque era um trabalho de *TODO MUNDO*.

TODO MUNDO pensou que *QUALQUER UM* poderia fazê-lo, mas *NINGUÉM* imaginou que *TODO MUNDO* deixasse de fazê-lo.

No final *TODO MUNDO* culpou *ALGUÉM* porque *NINGUÉM* fez o que *QUALQUER UM* poderia ter feito.

Um pouco de história. Como foi implantado o AEE na escola? Limites? Avanços? Como é a articulação com a sala regular? A família participa sempre levando no contra turno? O material foi disponibilizado pelo MEC ou pela própria escola? (Pesquisa a ser realizada por mim junto a SRM).

Importante: Se você é professor as da sala regular o outro é o professor do AEE e a equipe gestora. Se for o professor do AEE o outro é o regente da turma comum e a equipe gestora. Caso seja da equipe gestora o outro é o professor da turma e o do AEE.

Questionário

1- O que eu **espero** do **outro** em relação ao aluno com deficiência?

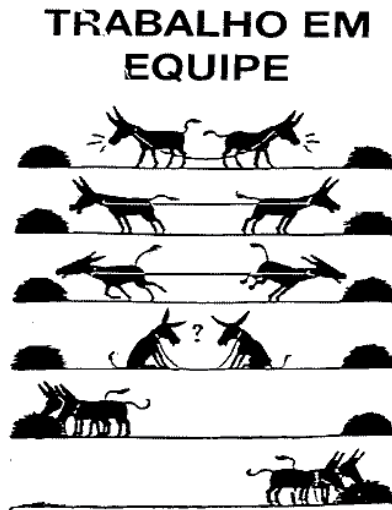
2- O que eu **posso fazer** em relação a alunos com deficiência?

3- O que eu **preciso** para pôr em prática?

- 4- O que **falta** para que o **trabalho realizado** seja realmente inclusivo, coletivo, interdisciplinar ou transdisciplinar, **colaborativo** e faça a diferença na vida do meu aluno deficiente?

Parte 2:

Assunto: A importância do trabalho em equipe para uma inclusão de fato

Texto para reflexão

Construir um organograma próprio, resumindo o trabalho em equipe em papel pardo com a participação de todos os envolvidos na pesquisa.



Parte 3:

Assunto: Nós podemos mudar o nosso cenário educacional.

Texto para reflexão**O VESTIDO AZUL**

Num bairro pobre de uma cidade distante, morava uma garotinha muito bonita. Ela frequentava a escola local. Sua mãe não tinha muito cuidado, e a criança quase sempre se apresentava suja. Suas roupas eram muito velhas e maltratadas.

O professor ficou penalizado com a situação da menina. "Como é que uma menina tão bonita, pode vir para a escola tão mal arrumada?"

Separou algum dinheiro do seu salário e, embora com dificuldade, resolveu comprar-lhe um vestido novo. Ela ficou linda no vestido azul.

Quando a mãe viu a filha naquele lindo traje, sentiu que era lamentável que sua filha, vestindo aquela roupa nova, fosse tão suja para a escola.

Por isso, passou a lhe dar banho todos os dias, pentear seus cabelos e cortar suas unhas.

Quando acabou a semana, o pai falou:

- Mulher, você não acha uma vergonha que nossa filha, sendo tão bonita e bem arrumada, more em um lugar como este, caindo aos pedaços? Que tal você ajeitar a casa? Nas horas vagas, eu vou dar uma pintura nas paredes, consertar a cerca e plantar um jardim.

Logo, a casa destacava-se na pequena vila pela beleza das flores que enchiam o jardim, e o cuidado em todos os detalhes.

Os vizinhos ficaram envergonhados por morarem em barracos feios e resolveram também arrumar as suas casas, plantar flores, usar pintura e criatividade. Em pouco tempo, o bairro todo estava transformado.

Um homem, que acompanhava os esforços e as lutas daquela gente, pensou que eles bem mereciam um auxílio das autoridades. Foi ao prefeito expor suas idéias e saiu de lá com

autorização para formar uma comissão para estudar os melhoramentos que seriam necessários ao bairro.

A rua de barro e lama foi substituída por asfalto e calçadas de pedra. Os esgotos a céu aberto foram canalizados e o bairro ganhou ares de cidadania. E tudo começou com um vestido azul.

Não era intenção daquele professor consertar toda a rua, nem criar um organismo que socorresse o bairro. Ele fez o que podia, fez a sua parte. Fez o primeiro movimento que acabou fazendo com que outras pessoas motivassem-se por melhorias.

Será que cada um de nós está fazendo a sua parte no lugar que vive? Ou por acaso somos daqueles que somente apontam os buracos da rua, as crianças à solta sem escola e a violência do trânsito?

Lembremos que é difícil mudar o estado total das coisas. Que é difícil limpar toda a rua, mas é fácil varrer a nossa calçada. É complicado mudar o mundo, mas é possível plantar uma rosa azul.

Autor Desconhecido

O primeiro passo pode ser nosso, o meu, o seu... o de cada um. Pensando nisso, construa um pequeno texto que contemple aquilo que você considera uma escola inclusiva equal o maior desafio para que isso se torne realidade em nosso meio.

Obrigada!!!!

Anexo 2

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - UFJF
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FACED
CENTRO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – CEAD

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM CONTEXTOS ESCOLARES

TERMO DE CONSENTIMENTO PARA DESENVOLVIMENTO DE PROJETO DE INTERVENÇÃO

À Direção da Escola SJCPrezado(a)

Senhor (a) E.V.

Como aluno (a) do curso de especialização em EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM CONTEXTOS ESCOLARES promovido pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA – UFJF, através do CENTRO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – CEAD, venho por meio desta, solicitar a autorização para desenvolvimento de meu projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que consiste em um projeto de intervenção com o objetivo de compreender como se efetiva o Atendimento Educacional Especializado em uma escola da rede municipal de Petrópolis.

Para o desenvolvimento deste projeto, que será realizado junto à Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), a equipe gestora e aos professores serão utilizados procedimentos tais como conversas com os profissionais citados, observação do trabalho desenvolvido pela SRM junto com os docentes das salas regulares e a realização de 3 encontros mensais entre os profissionais envolvidos

Como estudante do referido curso, gostaria de assegurar o caráter acadêmico do presente estudo, assim como a utilização de procedimentos para a proteção da identidade dos

sujeitos, a confiabilidade dos dados e a ética no tratamento dos dados quando estes se referirem ao sujeito e a instituição em que este desenvolve o seu trabalho.

Coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos, na certeza de que o resultado de tal estudo possa contribuir para a obtenção de informações que permitam uma melhor compreensão sobre o funcionamento, assim como , os objetivos e finalidade de uma Sala de Recursos Multifuncionais dentro de uma escola regular, e contribuindo assim, para a construção de práticas escolas mais inclusivas que garantam o direito à educação para todos.

Petrópolis, 18 fevereiro de 2019.

Elizabeth Aparecida Braga Reuther